



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## Serviço de Protocolo Geral

Processo: 450/2016 Projeto de Lei: 4/2016  
Data e Hora: 22/01/2016 11:32:47  
Procedência: Fabrício Gandini

Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e dá outras providências.

Auto. 10.462116  
07.210

CX5

Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 001/2016**

Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e dá outras providências.

**Art. 1º** Os estabelecimentos, feiras ou criadores que comercializam cães e gatos no Município de Vitória, ficam obrigados a identificar eletronicamente todos os animais comercializados de forma individual e definitiva através de microchip.

**Art. 2º** Esta lei tem por finalidade a proteção ao bem estar animal e ainda:

**I** - controlar a presença de animais soltos, nas vias públicas e demais logradouros, através de "microchip" com identificação específica dos animais sem dono e educação para a posse responsável, a fim de evitar a transmissão de zoonoses;

**II** - promover vigilância, prevenção e controle de zoonoses visando à proteção ambiental em relação ao risco potencial para a saúde pública humana e das populações animais;

**Art. 3º** A identificação de cães e gatos dar-se-á eletronicamente por meio de microchip devidamente aprovado pelo órgão competente para tal controle.

**Gabinete do Vereador Fabrício Gandini** - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788  
Bento Ferreira - Vitória/ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: (27) 3334-4532

**Parágrafo único** - Na identificação a que se refere o "caput", os estabelecimentos deverão possuir cadastro de cada cão e gato comercializado, constando, no mínimo, os seguintes dados:

I - do proprietário:

- a) nome;
- b) endereço;
- c) número do telefone;
- d) documento de identidade e CPF;

II - do animal:

- a) origem do animal;
- b) raça;
- c) data de nascimento, exata ou presumida;
- d) sexo;
- e) características físicas e registros de vacinação; e
- f) número do "microchip" - aplicado no animal.

**Art. 4º** Os animais que não forem vendidos poderão ser colocados para a adoção, desde que previamente castrados, vacinados, vermifugados, tratados clinicamente e microchipados.


**Art. 5º** Sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, os proprietários de animais que estejam soltos sofrerão, alternativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

**Parágrafo único** - No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Gabinete do Vereador Fabrício Gandini** - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788  
Bento Ferreira - Vitória/ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: (27) 3334-4532

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
0450	03	

**Art. 6º** Nos estabelecimentos comerciais e criadores ao descumprirem as condições especificadas nesta lei, será aplicada a pena:

I - advertência;

II - multa;

III - interdição total ou parcial, temporária ou permanente, de locais e estabelecimentos.

**Parágrafo único** - No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 22 de janeiro de 2016

**Fabício Gandini**  
Vereador - PPS

**Gabinete do Vereador Fabrício Gandini** - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788  
Bento Ferreira - Vitória/ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: (27) 3334-4532

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
0450	04	J

**JUSTIFICATIVA**

Considerando contingente o número de animais domésticos abandonados na cidade de Vitória, o presente projeto visa coibir e responsabilizar os proprietários que maltratam e/ou por diversos motivos abandonam seus animais.

A implantação do microchip proporciona o controle dos animais, podendo o Município identificar o responsável pelo abandono do animal e assim penalizá-lo.

Com a diminuição de animais na rua, haverá uma melhor qualidade de vida, pois diminuirá a proliferação de parasitas, como pulga e carrapato e ainda a situação bastante desagradável de lixo espalhado nas ruas, já que muitos animais acabam procurando comida nas mesmas.

Destaca-se ainda, que além do controle sanitário, também haverá o controle de ninhadas e monitoramento do animal identificando o proprietário quando ataca qualquer cidadão em via pública.

Ao considerar que a aprovação desse projeto representa um avanço na luta pela posse responsável de animais, conto com a sensibilidade de meus pares para aprovar a presente proposição.

Palácio Atílio Vivácqua, 22 de janeiro de 2016

**Fabício Gandini**  
Vereador - PPS

**Gabinete do Vereador Fabício Gandini** - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788  
Bento Ferreira - Vitória/ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: (27) 3334-4532



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
0450	05	J



AO DEL  
PARA PROVIDÊNCIAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Terezinha de Jesus Nascimento

Matr.: 378



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em, 22/16

INCLUA-SE EM PAUTA PARA  
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em, 21/16

Presidente da Câmara

PAUTADO EM 1ª DISCUSSÃO

Em, 4/3/16

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em, 11/04/16

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em, 16/04/16

PRESIDENTE DA CÂMARA



AO S.A.C. (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)  
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO  
ÀS COMISSÕES ABAIXO

- 1) Justiça
- 2) meio Ambiente e bem estar animal
- 3) \_\_\_\_\_
- 4) \_\_\_\_\_

EM 17/02/2016

DIRETOR DEL



Swlivan Manola  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

INCLUI-SE EM PAUTA PARA  
DISCUSSÃO ESPECIAL

### COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr. Vereador.....

.....para relatar

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente

Ao Sr.,  
Atendo a motivação para relatar.  
Segue relatório em 04 laudos  
Em 21/03/2016.

Devanir Ferreira  
Vereador - PRB  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FC	UBRICA
450	06	/



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
Estado do Espírito Santo

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO**

PROCESSO: 450/2016

PROJETO DE LEI Nº 004/2016

AUTOR: Fabrício Gandini

EMENTA: Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e dá outras providências.

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de projeto de lei, tombado sob o nº 004/2016, de autoria do Vereador Fabrício Gandini, propondo regras para a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e dando outras providências.

Em cumprimento as normas dispostas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória - Resolução nº 1.919/2014, objetivando sua regular tramitação, o projeto foi encaminhado à Comissão de Justiça, para emissão de parecer.

É o relatório.

**II - PARECER:**

Em detida análise ao projeto de lei em tela e, sob estrita observância às prerrogativas regimentais, especialmente constantes no inciso I do artigo 61, da Resolução de nº 1.919/2014, a qual estabelece que compete à Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação opinar sobre

questões que dizem respeito a constitucionalidade e legalidade da matéria em análise, esta Comissão entende o seguinte:

Não há que se falar em vício de iniciativa, considerando que a matéria ventilada no referido projeto não se enquadra no rol do art. 80, parágrafo único, incisos I a IV da Lei Orgânica Municipal.

Nos termos da justificativa do Nobre Autor "o presente projeto visa coibir e responsabilizar os proprietários que maltratam e/ou por diversos motivos abandonam seus animais. A implantação do microchip proporciona o controle dos animais, podendo o Município identificar o responsável pelo abandono do animal e assim penaliza-lo.(...) Destaca-se ainda que além do controle sanitário, também haverá o controle de ninhadas e monitoramento do animal."

Em pesquisa ao ordenamento jurídico municipal verifiquei que a lei nº 3.802/92 instituiu o cadastro dos animais domésticos no Município de Vitória.

Contudo, com o advento da Lei nº 8.121/2011, aquela lei foi revogada.

Segundo os arquivos da Câmara Municipal de Vitória, o projeto de lei que deu origem à lei 8.121/2011 possuía um capítulo destinado às regras para chipagem de animais, contudo, os artigos desse capítulo foram vetados pelo Chefe do poder Executivo, razão pela qual, atualmente, não há regramento para implantação de microchip de identificação eletrônica em cães e gatos no Município de Vitória.

Por fim, gostaria de manifestar minha opinião pessoal sobre a efetividade da referida proposição, especialmente no que tange ao trabalho de ONGS e Associações de Defesa Animal.

É sabido que tais entidades funcionam sem fins lucrativos e sobrevivem com muito esforço por meio de pequenas doações. Sendo assim, este projeto de lei traria para essas instituições mais despesas, consistentes na compra e implantação dos referidos microchips, o que, em caso de impossibilidade financeira de fazê-lo estaria inviabilizando os projetos de doações de dezenas de animais de rua pelas entidades de defesa animal.

De outro lado, a não obrigatoriedade de implantação de microchips nos cães e gatos colocados para adoção redundaria em ineficiência da lei em relação ao controle populacional desses animais, pois nem seriam chipados em nossa cidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FO. Nº	PUBRICA
450	08	/

Por tal razão, apresento emenda ao projeto em questão para o fim de responsabilizar o adotante, e não àquele que coloca o animal para adoção, á providenciar a chipagem do animal.

## **II - VOTO:**

Analisando o projeto de resolução supra citado à luz do ordenamento jurídico constitucional, verifica-se o atendimento a formalidade processualística e a obediência aos preceitos constitucionais.

Diante disso, constatando a inexistência de vício, entendemos que esta comissão não pode se manifestar de outra maneira que não seja pela aprovação.

Ante o exposto, é que se entende pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** do projeto em análise **COM EMENDA**.

Palácio Attílio Vivacqua, 21 de março de 2016.



---

Vereador DEVANIR FERREIRA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça,  
Serviço Público e Redação

# EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 004/2016

Altera a redação do caput e inclui parágrafo único do art. 4º do Projeto de Lei nº 004/2016, e inclui art. 4º

**Art. 1º.** O art. 4º do Projeto de Lei nº 004/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Os animais que não forem vendidos poderão ser colocados para adoção, ficando o adotante responsável por sua castração, vacinação, vermifugação, tratamento clínico e chipagem.

Parágrafo único. Àquele que colocar animal para adoção deverá encaminhar, em até 30 dias, cópia do termo de responsabilidade assinado pelo adotante, contendo a assunção das obrigações dispostas no caput deste artigo, ao órgão municipal competente.

**Art. 2º.** O art. 7º do projeto de Lei nº 004/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60 (sessenta) dias."

**Art. 3º.** Fica incluído o art. 8º ao Projeto de Lei nº 004/2016, nos seguintes termos:

"Art. 8º. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário."

Palácio Atílio Vivacqua, 21 de março de 2016.

  
Vereador DEVANIR FERREIRA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça,

Serviço Público e Redação

  
Devanir Ferreira  
Vereador-PRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Prejudicada.

Reunião : Comissão de Justiça  
Data : 31/03/2016 - 15:29:07 às 15:30:00  
Tipo : Nominal  
Turno : Parecer  
Quorum :  
Total de Presentes : 3 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	PL	RELAÇÃO
450	10	P

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Abstenção	15:29:56
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	15:29:17
23	Rogerinho	PHS	Sim	15:29:22

<u>Totais da Votação :</u>	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	TOTAL
	2	0	1	3

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO

Reunião :

**Comissão de Justiça**

Data :

**14/04/2016 - 15:25:21 às 15:28:25**

Tipo :

**Nominal**

Turno :

**Parecer**

Quorum :

**Total de Presentes : 4 Parlamentares**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
450	11	AB

*N.Ordem Nome do Parlamentar*

22 Devanir Ferreira

7 Fabrício Gandini

23 Rogerinho

*Partido*

PRB

PPS

PHS

*Voto*

Sim

Sim

Sim

*Horário*

15:25:37

15:25:40

15:25:45

Totais da Votação :

**SIM**

**3**

**NÃO**

**0**

**TOTAL**

**3**

**PRESIDENTE**

**SECRETÁRIO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Revisão
450	12	A3

do Juizador Luis Emanuel, designar relator  
na Comissão do Meio Ambiente.

Em, 15/04/2016

Kiany Ferreira Damascena Silva  
Coordenadora das Comissões  
Matr.: 6653  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## **PARECER DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

**PROCESSO:** 450/2016

**PROJETO DE LEI:** 4/2016

**AUTORIA:** Fabrício Gandini

**EMENTA:** "Dispões sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e dá outras providências"

### **RELATÓRIO:**

De autoria do Vereador Fabrício Gandini, o presente projeto de lei, dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e dá outras providências.

Em cumprimento as normas dispostas no Regimento Interno desta Câmara, objetivando a regular tramitação, o presente projeto foi encaminhado inicialmente à Comissão de Justiça, da qual emitiu parecer favorável ao projeto, com emenda modificativa.

Assim, ultrapassadas as formalidades, foi o presente projeto encaminhado a esta Comissão para emissão de parecer, o que passa a fazer adiante.

### **FUNDAMENTAÇÃO E VOTO DO RELATOR:**

As políticas públicas de Vitória têm como característica o pioneirismo nas suas ações em prol da qualidade de vida através do desenvolvimento sustentável. E na área do meio ambiente e saúde não tem sido diferente; uma das ações para a proteção dos habitantes do município é o controle da população de animais de companhia indigentes e errantes como forma de enfrentamento dos vetores de zoonoses.

Assim, a proposição tem como objetivo reduzir o grande número de abandono e tratamento cruel contra animais que é possível constatar diariamente nas ruas da cidade. Para tanto, todos os estabelecimentos, feiras ou criadores que comercializarem cães no município realizarão a identificação eletrônica individual e definitiva que será implantada nestes animais.

O microchip é um registro interno, seguro, sem riscos para os animais, revestido por cápsula de bio-vidro de 12X12 mm, aplicado em local próprio em cada tipo de animal. Ele possui um número único que, quando um leitor se aproxima, encontra os dados como nome e endereço do proprietário, idade do animal, data da esterilização entre outros dados importantes.

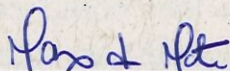
O projeto não fere o disposto na Lei Federal 9605/08 que estipula penalidades para aqueles que maltratam animais, inclusive os domésticos.

Diante de tais fatos, somos **favoráveis**, ao PL nº 04/2016.

#### **CONCLUSÃO:**

Pelo motivo exarado, somos pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nº 04/2016, na forma em que foi apresentado.

Palácio Atílio Vivácqua, Vitória/ES, 19 de abril de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
**MAX DA MATA**  
**VEREADOR – PDT**  
**Relator**

Matéria : M.Amb. Processo nº 450/2016 - PL 4/2016

Autoria : Relator: Vereador Max da Mata

Câmara Municipal de		
Processo	Folha	R.
450	14	8
Câmara Municipal de		
Processo	Folha	R.

Reunião : Comissão de Meio Ambiente  
Data : 24/05/2016 - 14:14:09 às 14:14:49  
Tipo : Nominal  
Turno : Parecer  
Quorum :  
Total de Presentes : 3 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	14:14:33
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	14:14:37
9	Max da Mata	PDT	Sim	14:14:30

<u>Totais da Votação :</u>	SIM	NÃO	TOTAL
	3	0	3

Max da Mata  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO




**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
420	15	AB

Ao Sr. (a): Rita Ratti  
para providenciar a extração do avulso.

Em, 31/05/16

  
Kiany Ferreira Damascena Silva  
Coordenadora das Comissões  
Matr.: 6553  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 07/06/2016  
Rita Ratti  
ASSINATURA

*[Large handwritten mark resembling a stylized 'S' or a signature]*



**Câmara Municipal de Vitória**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	16	R

**150/2016**

<b>PROCESSO</b>	450/2016
<b>PROJETO DE LEI</b>	4/2016
<b>EMENTA</b>	Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e dá outras providências.
<b>INICIATIVA</b>	Fabrizio Gandini
<b>PARECER</b>	Comissão de Justiça- Pela Constitucionalidade com Emenda. Comissão de Meio Ambiente – Pela Aprovação.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	17	VR

INCLUA-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

EM, 6/6/16

PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**

ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA

AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTOGRAFO

Em, 2 / 6/20

Presidente da CMV

NICA  
1. digo, Encontrar a  
Comissão de Justiça  
para fins de Redução  
Fiscal

**À Secretaria das Comissões Permanentes**

Para encaminhar a Comissão de

Em 24/06/2016

**Diretor do DEL**

Justiça para fins  
de Redação final  
observando a Emenda  
de fl. 09.



Ao Venerável Rogerinho para decisão Relator  
para Elaboração de Pedagogia Final.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Sr. Vereador.....

*Emanuel*

para relatar *Chanceler Pedroso Final*

Em *12/08/2016*

Presidente



Rogerinho Pinheiro

Vereador - PHS

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

*Em 29/06/17*

Matéria : Projeto de Lei nº 4/2016  
Autoria : Fabrício Gandini

Reunião : 57ª Sessão Ordinária  
Data : 23/06/2016 - 16:11:24 às 16:11:47  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 10 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
450	18	P

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Não Votou	
22	Devanir Ferreira	PRB	Não Votou	
7	Fabrício Gandini	PPS	Sim	16:11:32
8	Luisinho	PDT	Não Votou	
18	Luiz Emanuel	PPS	Não Votou	
19	Marcelão	PT	Sim	16:11:42
9	Max da Mata	PDT	Sim	16:11:35
10	Namy Chequer	PC do B	Não Votou	
11	Neuzinha	PSDB	Não Votou	
12	Reinaldo Bolão	PT	Sim	16:11:35
23	Rogerinho	PHS	Sim	16:11:38
13	Sérgio Magalhães	PTB	Sim	16:11:47
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	16:11:30
20	Wanderson Marinho	PSC	Não Votou	
15	Zezito Maio	PMDB	Sim	16:11:33

Totais da Votação :

SIM  
8

NÃO  
0

TOTAL  
8

PRESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	19	

**Câmara Municipal de Vitória**

## **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DE Nº 4/2016**

**Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e da outras providências.**

**Art.1º.** Os estabelecimentos, feiras ou criadores que comercializam cães e gatos no Município de Vitória, ficam obrigados a identificar eletronicamente todos os animais comercializados de forma individual e definitiva através de microchip.

**Art.2º.** Esta lei tem por finalidade a proteção ao bem-estar animal:

**I.** Controlar a presença de animais soltos, nas vias públicas e demais logradouros, através de "microchip" com identificação específica dos animais sem dono e educação para a posse responsável, a fim de evitar a transmissão de zoonoses;

**II.** Promover vigilância, prevenção e controle de zoonoses visando à proteção ambiental em relação ao risco potencial para a saúde pública humana e das populações animais;

**Art.3º.** A identificação de cães e gatos dar-se-á eletronicamente por meio de microchip devidamente aprovado pelo órgão competente para tal controle.

**Parágrafo único.** Na identificação a que se refere o "caput", os estabelecimentos deverão possuir cadastro de cada cão e gato comercializado, constando, no mínimo, os seguintes dados:

**I.** Do proprietário:

- a) nome;
- b) endereço;
- c) número do telefone;
- d) documento de identidade e CPF;

**II.** Do animal;

- a) origem do animal;
- b) raça;
- c) data de nascimento, exata ou presumida;
- d) sexo;
- e) características físicas e registros de vacinação; e
- f) número do "microchip" - aplicado no animal.

**Art.4º.** Os animais que não forem vendidos poderão ser colocados para a adoção, ficando o adotante responsável por sua castração, vacinação, vermifugação, tratamento clínico e chipagem.

**Parágrafo único.** Àquele que colocar animal para adoção deverá encaminhar, em até 30 dias, cópia do termo de responsabilidade assinado pelo adotante, contendo a assunção das obrigações dispostas no caput deste artigo, ao órgão municipal competente.

**Art.5º.** Sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, os proprietários de animais que estejam soltos sofrerão, alternativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades.

**I.** advertência;

**II.** multa;

**Parágrafo único.** No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Art.6º.** Nos estabelecimentos comerciais e criadores ao descumprirem as condições especificadas nesta lei, será plicada a pena:

**I.** advertência;

**II.** multa;

**III.** Interdição total ou parcial, temporária ou permanente, de locais e estabelecimentos.

**Parágrafo único.** No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Art.7º.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei em 60 (sessenta) dias.

**Art.8º.** Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

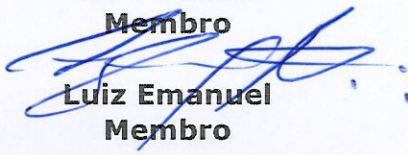
Palácio Attílio Vivácqua, 28 de Novembro de 2016.


**Devanir Ferreira**  
Presidente

**Rogério Pinheiro**  
Vice-Presidente

**Fabrcio Gandini**  
Membro

**Davi Esmael**  
Membro

  
**Luiz Emanuel**  
Membro

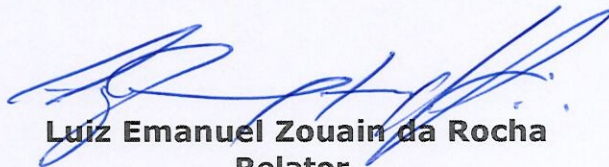
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
430	21	



**Câmara Municipal de Vitória**

Em observância às prerrogativas regimentais, bem como às técnicas legislativas aplicáveis ao Projeto de lei de nº 181/2015, devolvo-o acompanhado de sua respectiva redação final.

Palácio Attílio Vivácqua, 28 de Novembro de 2016.



**Luiz Emanuel Zouain da Rocha**  
Relator

**Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação**

**Matéria : Requerimento de Urgencia 3**

Reunião :                    **129º Sessão Ordinária**  
Data :                      **21/12/2016 - 17:46:31 às 17:47:20**  
Tipo :                        **Nominal**  
Turno :                      **Ata**  
Quorum :  
Total de Presentes : **14 Parlamentares**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	22	f

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Não Votou	
22	Devanir Ferreira	PRB	Sim	17:46:56
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	17:46:39
8	Luisinho	PDT	Sim	17:46:49
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	17:46:38
19	Marcelão	PT	Sim	17:46:47
9	Max da Mata	PDT	Sim	17:46:39
10	Namy Chequer	PC do B	Não Votou	
11	Neuzinha	PSDB	Sim	17:46:43
12	Reinaldo Bolão	PT	Sim	17:46:56
23	Rogerinho	PHS	Sim	17:46:47
13	Sérgio Magalhães	PTB	Não Votou	
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	17:46:49
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	17:46:35
15	Zezito Maio	PMDB	Sim	17:46:58

Totais da Votação :

**SIM**  
**12**

**NÃO**  
**0**

**TOTAL**  
**12**

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	23	J

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**REGIME DE URGÊNCIA**

Exmº. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vitória.

O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais, requer a V.Exª., após ouvido o douto Plenário, com base no que preceitua o art. 313 a 323 do **Regimento Interno**, Resolução nº 1919/14, seja incluído na Pauta da Ordem do Dia em **REGIME DE URGÊNCIA**, o Projeto de 04/2016 contido no Processo protocolado nesta Casa sob o nº 450/2016.

Palácio Atílio Vivácqua,

Processo: 450/2016  
Data e Hora: 22/01/2016 11:32:47  
Procedência: Fabrício Gandini

Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e dá outras providências.

Projeto de Lei n° 001/2016

Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona e dá outras providências.

**Art. 1°** Os estabelecimentos, feiras ou criadores que comercializam cães e gatos no Município de Vitória, ficam obrigados a identificar eletronicamente todos os animais comercializados de forma individual e definitiva através de microchip.

**Art. 2°** Esta lei tem por finalidade a proteção ao bem estar animal e ainda:

I - controlar a presença de animais soltos, nas vias públicas e demais logradouros, através de "microchip" com identificação específica dos animais sem dono e educação para a posse responsável, a fim de evitar a transmissão de zoonoses;

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	24	8



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	25	f

*Processo: 450/2016 - PL: 4/2016*

**D E L**  
**PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA**  
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de

Em 22/10/2016

Presidente

*Justiça*

## Matéria : Votação 2

Reunião : 130º Sessão Ordinária  
Data : 22/12/2016 - 16:54:32 às 16:55:31  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 13 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	26	f

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
22	Devanir Ferreira	PRB	Sim	16:55:14
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	16:54:53
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	16:54:46

<u>Totais da Votação :</u>	SIM	NÃO	TOTAL
	3	0	3

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	27	f

**APROVADO REDAÇÃO FINAL**

Em 22 / 12 / 2016

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA C.M.V.

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA  
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

Em, 22 / 12 / 2016

\_\_\_\_\_  
Presidente da CMV

Ao Sr.(Sra.), Cleizeli  
Para extração do Autógrafo de Lei e  
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 26 / 12 / 2016

\_\_\_\_\_  
Diretor DEL



**Swliyan Manola**  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



SR. DIRETOR

Após as formalidades legais informo a  
V.S<sup>a</sup>. que o presente processo encontra-se em  
condições de ARQUIVAMENTO.

Em, 19 / 09 / 2007

\_\_\_\_\_  
Funcionário

**Pedro Endlich Santos**  
Assistente Administrativo  
Matrícula: 6344  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



Matéria : Redação Final do Projeto de Lei nº 04/2016  
Autoria : Fabrício Gandini

Reunião : 130ª Sessão Ordinária  
Data : 22/12/2016 - 16:59:09 às 16:59:09  
Tipo : Simbólica  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 14 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	28	f

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Simbólico	
22	Devanir Ferreira	PRB	Simbólico	
7	Fabrício Gandini	PPS	Simbólico	
8	Luisinho	PDT	Simbólico	
18	Luiz Emanuel	PPS	Simbólico	
19	Marcelão	PT	Simbólico	
9	Max da Mata	PDT	Simbólico	
10	Namy Chequer	PC do B	Simbólico	
11	Neuzinha	PSDB	Simbólico	
12	Reinaldo Bolão	PT	Simbólico	
23	Rogerinho	PHS	Simbólico	
13	Sérgio Magalhães	PTB	Simbólico	
21	Vinicius Simões	PPS	Simbólico	
20	Wanderson Mariano	PSC	Simbólico	
15	Zezito Maio	PMDB	Simbólico	

Totais da Votação :

SIM 14      NÃO 0

TOTAL 14

PRESIDENTE

SECRETÁRIO



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	29	f

OF.PRE. AUT. Nº 072

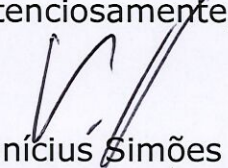
Vitória, 10 de março de 2017.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a Vossa Excelência o **Autógrafo de Lei nº 10.837/2017**, referente ao **Projeto de Lei nº 4/2016**, de autoria do vereador **Fabício Gandini**, aprovado em Sessão ordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2016.

Atenciosamente,

  
Vinícius Simões  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Processo: **1366684/2017** Prioridade: **EXPRESSA**  
Data: 16/03/2017 Hora: 12:29  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI  
  
Documento: OFICIO - 072/2017  
Destino: **SEGOV/SUB-RI**  
Volume: 01/01





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	30	f

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 10.837**

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 4/2016**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

**Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona.**

**Art. 1º.** Os estabelecimentos, feiras ou criadores que comercializam cães e gatos no município de Vitória, ficam obrigados a identificar eletronicamente todos os animais comercializados de forma individual e definitiva através de microchip.

**Art. 2º.** Esta Lei tem por finalidade a proteção ao bem estar animal e ainda:

**I** - controlar a presença de animais soltos, nas vidas públicas e demais logradouros, através de "microchip" com identificação específica dos animais sem dono e educação para a posse responsável, a fim de evitar a transmissão de zoonoses;

**II** - promover vigilância, prevenção e controle de zoonoses visando à proteção ambiental em relação ao risco potencial para a saúde pública humana e das populações animais.

**Art. 3º.** A identificação de cães e gatos dar-se-á eletronicamente por meio de microchip devidamente aprovado pelo órgão competente para tal controle.



**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	31	8

Parágrafo único. Na identificação a que se refere o caput, os estabelecimentos deverão possuir cadastro de cada cão e gato comercializado, constando, no mínimo, os seguintes dados:

**I - do proprietário:**

- a) nome;
- b) endereço;
- c) número do telefone;
- d) documento de identidade e CPF.

**II - do animal:**

- a) origem do animal;
- b) raça;
- c) data de nascimento, exata ou presumida;
- d) sexo;
- e) características físicas e registros de vacinação;
- f) número do microchip aplicado ao animal.

**Art. 4º.** Os animais que não forem vendidos poderão ser colocados para adoção, ficando o adotante responsável por sua castração, vacinação, vermifugação, tratamento clínico e chipagem.

Parágrafo Único. Àquele que colocar animal para adoção deverá encaminhar, em até 30 dias, cópia do termo de responsabilidade assinado pelo adotante, contendo a assunção das obrigações dispostas no caput deste artigo, ao órgão municipal competente.



**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	32	J

**Art. 5º.** Sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, os proprietários de animais que estejam soltos sofrerão, alternativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

Parágrafo único. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Art. 6º.** Nos estabelecimentos comerciais e criadores ao descumprirem as condições especificadas nesta Lei, será aplicada a pena:

I - advertência;

II - multa;

III - interdição total ou parcial, temporária ou permanente, de locais e estabelecimentos.

Parágrafo único. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Art. 7º.** O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60(sessenta) dias.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio Atílio Vivacqua, 10 de março de 2017.



Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
450	33	f

  
Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

  
Wanderson José da Silva Marinho  
**1º SECRETÁRIO**

  
Leonil Dias da Silva  
**2º SECRETÁRIO**

  
Adalto Bastos das Neves  
**3º SECRETÁRIO**



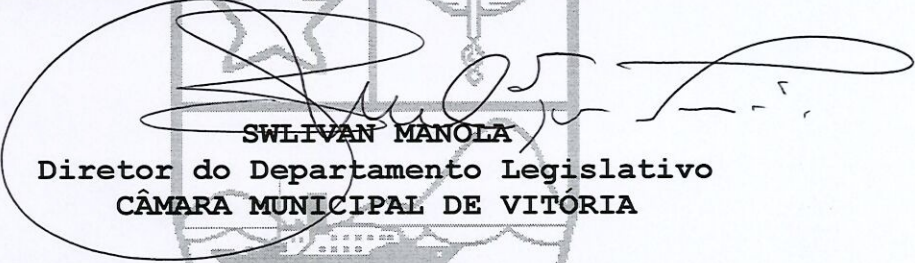
Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
450	34	

## DESPACHO

Transcorrido, *in albis*, o prazo de sanção e veto por parte do Prefeito Municipal, tem-se que ocorreu à sanção tácita, na forma do § 1º do Art. 83 da Lei Orgânica Municipal. Transcorrido, ainda, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas da promulgação da Lei por parte do prefeito municipal, encaminhe-se ao Presidente da Câmara para promulgar e publicar a Lei, na forma do Art. 83, § 7º, da Lei Orgânica Municipal de Vitória.

Em 10 de Abril de 2017.

  
**SWLIVAN MANOLA**  
Diretor do Departamento Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



**Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
451	33	

**LEI Nº 9.132**


**Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Os estabelecimentos, feiras ou criadores que comercializam cães e gatos no município de Vitória, ficam obrigados a identificar eletronicamente todos os animais comercializados de forma individual e definitiva através de microchip.

**Art. 2º.** Esta Lei tem por finalidade a proteção ao bem estar animal e ainda:

**I** – controlar a presença de animais soltos, nas vidas públicas e demais logradouros, através de “microchip” com identificação específica dos animais sem dono e educação para a posse responsável, a fim de evitar a transmissão de zoonoses;



**II** – promover vigilância, prevenção e controle de zoonoses visando à proteção ambiental em relação ao risco potencial para a saúde pública humana e das populações animais.

**Art. 3º.** A identificação de cães e gatos dar-se-á eletronicamente por meio de microchip devidamente aprovado pelo órgão competente para tal controle.

Parágrafo único. Na identificação a que se refere o caput, os estabelecimentos deverão possuir cadastro de cada cão e gato comercializado, constando, no mínimo, os seguintes dados:

**I** – do proprietário:

- a)** nome;
- b)** endereço;
- c)** número do telefone;
- d)** documento de identidade e CPF.

**II** – do animal:

- a)** origem do animal;
- b)** raça;
- c)** data de nascimento, exata ou presumida;
- d)** sexo;
- e)** características físicas e registros de vacinação;
- f)** número do microchip aplicado ao animal.

**Art. 4º.** Os animais que não forem vendidos poderão ser colocados para adoção, ficando o adotante responsável por sua castração, vacinação, vermifugação, tratamento clínico e chipagem.

Parágrafo Único. Àquele que colocar animal para adoção deverá encaminhar, em até 30 dias, cópia do termo de responsabilidade assinado pelo adotante, contendo a assunção das obrigações dispostas no caput deste artigo, ao órgão municipal competente.

**Art. 5º.** Sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, os proprietários de animais que estejam soltos sofrerão, alternativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;

Parágrafo único. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Art. 6º.** Nos estabelecimentos comerciais e criadores ao descumprirem as condições especificadas nesta Lei, será aplicada a pena:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – interdição total ou parcial, temporária ou permanente, de locais e estabelecimentos.

Parágrafo único. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Art. 7º.** O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60(sessenta) dias.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio Atílio Vivacqua, 10 de Abril de 2017.

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

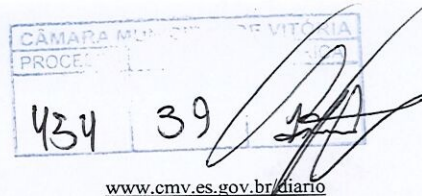


# DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 571 Ano V

Vitória (ES), Segunda-feira, 17 de abril de 2017



**Art. 1º.** Fica instituído o Dia Municipal de recuperação, preservação e acompanhamento das Nascentes, a ser comemorado anualmente no dia 21 de março, com homenagens e eventos de divulgação, no Município de Vitória – ES.

**Parágrafo único.** A data comemorativa de que trata o caput deste artigo passa a integrar no Calendário Oficial de Eventos do Município de Vitória – ES.

**Art. 2º.** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 10 de Abril de 2017.

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

## LEI Nº 9.131

**Altera a redação do art. 1º da Lei municipal nº 2.092, de 08 de dezembro de 1971.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O Art. 1º da Lei Municipal nº 2.092, de 08 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica denominada Escadaria Eduardo Silva o logradouro público com início na Rua Graciano Neves e término sem saída, localizada no Bairro Fonte Grande.”

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 10 de Abril de 2017.

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

## LEI Nº 9.132

**Dispõe sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica nos animais que menciona.**



# DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

[www.cmv.es.gov.br/diario](http://www.cmv.es.gov.br/diario)

**Câmara Municipal de Vitória**

Edição: 571 Ano V

Vitória (ES), Segunda-feira, 17 de abril de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Os estabelecimentos, feiras ou criadores que comercializam cães e gatos no município de Vitória, ficam obrigados a identificar eletronicamente todos os animais comercializados de forma individual e definitiva através de microchip.

**Art. 2º.** Esta Lei tem por finalidade a proteção ao bem estar animal e ainda:

**I** – controlar a presença de animais soltos, nas vidas públicas e demais logradouros, através de “microchip” com identificação específica dos animais sem dono e educação para a posse responsável, a fim de evitar a transmissão de zoonoses;

**II** – promover vigilância, prevenção e controle de zoonoses visando à proteção ambiental em relação ao risco potencial para a saúde pública humana e das populações animais.

**Art. 3º.** A identificação de cães e gatos dar-se-á eletronicamente por meio de microchip devidamente aprovado pelo órgão competente para tal controle.

Parágrafo único. Na identificação a que se refere o caput, os estabelecimentos deverão possuir cadastro de cada cão e gato comercializado, constando, no mínimo, os seguintes dados:

**I** – do proprietário:

- a) nome;
- b) endereço;
- c) número do telefone;
- d) documento de identidade e CPF.

**II** – do animal:

- a) origem do animal;
- b) raça;
- c) data de nascimento, exata ou presumida;
- d) sexo;
- e) características físicas e registros de vacinação;
- f) número do microchip aplicado ao animal.

**Art. 4º.** Os animais que não forem vendidos poderão ser colocados para adoção, ficando o adotante responsável por sua castração, vacinação, vermifugação, tratamento clínico e chipagem.



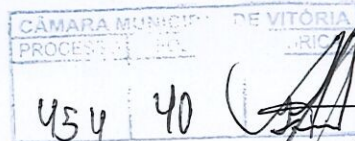
# DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 571

Ano V

Vitória (ES), Segunda-feira, 17 de abril de 2017



[www.cmv.es.gov.br/diario](http://www.cmv.es.gov.br/diario)

Parágrafo Único. Àquele que colocar animal para

adoção deverá encaminhar, em até 30 dias, cópia do termo de responsabilidade assinado pelo adotante, contendo a assunção das obrigações dispostas no caput deste artigo, ao órgão municipal competente.

**Art. 5º.** Sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, os proprietários de animais que estejam soltos sofrerão, alterativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;

Parágrafo único. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Art. 6º.** Nos estabelecimentos comerciais e criadores ao descumprirem as condições especificadas nesta Lei, será aplicada a pena:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – interdição total ou parcial, temporária ou permanente, de locais e estabelecimentos.

Parágrafo único. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Art. 7º.** O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60(sessenta) dias.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor 90 (noventa)

dias após a data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio Atílio Vivácqua, 10 de Abril de 2017.

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

## ERRATA

ATA DA COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE EM DEFESA DA ACESSIBILIDADE NA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA, publica no diário do dia 12/04/2017.

ONDE LÊ-SE:

"Ata da primeira reunião da Comissão..."

LEIA-SE:

"Ata da segunda reunião da Comissão..."

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**



Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

OF.PRE.ENC.LEIS Nº 089

Vitória, 17 de Abril de 2017.

Assunto: **LEI PROMULGADA**

Senhor Prefeito,

Encaminho a V. Exa. à **Lei Promulgada nº 9.132/2017**, referente ao **Projeto de Lei nº 4/2016**, de autoria do Vereador **Fabício Gandini**, publicada no Diário Oficial Legislativo Municipal de 17 de Abril de 2017.

Atenciosamente,

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Processo: **2155541/2017** Prioridade: **NORMAL**  
Data: 18/04/2017 Hora: 16:39  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Assunto: INFORMAÇÃO

Documento: OFICIO - 089  
Destino: **SEGOV/SUB-RI**  
Volume: 01/01





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ERRATA DA LEI PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO  
MUNICIPAL EM 17 DE JANEIRO DE 2017.**

**ONDE SE LÊ:**

**LEI 9.132**

**LEIA-SE:**

**LEI 9.138**

Palácio Attílio Vivácqua, 20 de Abril de 2017.

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**



# DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

[www.cmv.es.gov.br/diario](http://www.cmv.es.gov.br/diario)

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 574 Ano V

Vitória (ES), Terça-feira, 25 de abril de 2017

## ERRATA DA LEI PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL EM 17 DE JANEIRO DE 2017.

ONDE SE LÊ:

LEI 9.132

LEIA-SE:

LEI 9.138

Palácio Atílio Vivácqua, 20 de Abril de 2017.

Vinícius José Simões

**PRESIDENTE**

### COMISSÕES

#### ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

Aos seis dias do mês de abril do ano 2017, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário "Maria Ortiz" na Câmara Municipal de Vitória realizou-se a oitava reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, da 18ª Legislatura com abertura do Exmo. Vereador Roberto Martins. Presentes os Exmos. Vereadores Mazinho dos Anjos, Sandro Parrini e Waguinho Ito que procedeu à leitura da Ata da reunião anterior, esta aprovada por unanimidade, em seguida o Exmo. Vereador Leonil registrou presença e deu início à Ordem do Dia: processos que terão seus pareceres apreciados e votados pelos membros da comissão: **Processo nº8349/2015 – Projeto de Lei 241/2015 – Relator:** Vereador Waguinho Ito - **Parecer do relator:** Pela Manutenção total do veto - **Parecer da Comissão: Concedido vista ao Vereador Mazinho dos Anjos; Processo nº8743/2016 – Projeto de Lei 229/2016 – Relator:** Vereador Waguinho Ito - **Parecer do relator:** Pela Manutenção total do veto - **Parecer da Comissão: Pelas conclusões do relator; Processo nº 13140/2015 – Projeto de Lei 371/2015 – Relator:** Vereador Waguinho Ito - **Parecer do relator:** Pela Manutenção total do veto - **Parecer da Comissão: Pelas conclusões do relator; Processo nº1091/2016– Projeto de Lei 42/2016 – Relator:** Vereador Roberto Martins - **Parecer do relator:** Pela Rejeição total do veto - **Vereador Roberto Martins justificou seu parecer. A matéria foi discutida pelos Vereadores Mazinho dos Anjos e Sandro Parrini, onde declararam seguir o parecer do relator pela rejeição do veto. Vereadores Leonil e Waguinho Ito votaram contra o parecer do relator, optando ambos pela manutenção do veto - Parecer da Comissão: Pelas conclusões do relator; Processo nº6831/2016– Projeto de Lei 196/2016 – Relator:** Vereador Waguinho Ito - **Parecer do relator:** Pela Rejeição total do veto - **Parecer da Comissão: Concedido vista ao Vereador Mazinho dos Anjos; Processo nº3593/2016 – Projeto de Lei 116/2016 – Relator:** Vereador Roberto Martins - **Parecer do relator:** Pela Manutenção total do veto - **Parecer da Comissão: Pelas conclusões do relator; Processo nº339/2017 – Projeto de Lei 03/2017 – Relator:** Vereador Sandro Parrini - **Parecer do relator:** Pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria - **Parecer da Comissão: Pelas conclusões do relator; Processo nº341/2017 – Projeto de Lei 04/2017 – Relator:** Vereador Roberto Martins - **Parecer do relator:** Pela Inconstitucionalidade e Ilegalidade da matéria - **Parecer da Comissão: Concedido vista ao Vereador Mazinho dos Anjos; Processo nº359/2017 – Projeto de Lei 02/2017 – Relator:** Vereador Waguinho Ito - **Parecer do relator:** Pela Constitucionalidade e legalidade da matéria - **Parecer da Comissão: Pelas conclusões do**



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

ARQUIVE-SE

Em, 28/04/2017

Câmara Municipal de Vitória



*Sullivan Manola*  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA